

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO À 4ª EDIÇÃO	13

PARTE I PARTE GERAL E ESPECIAL

1. ASPECTOS PENAIS.....	35
Introito.....	35
2. EVOLUÇÃO E ESCOLAS DO DIREITO PENAL.....	39
2.1. Escolas penais.....	44
2.2. Escola clássica penal.....	44
2.3. Escola criminal positiva.....	46
2.4. Terza Escola.....	47
2.5. Escola neoclássica	48
2.6. Escola Correcionalista	48
2.7. Teoria da defesa social.....	49
2.8. Escola de Frankfurt	49
2.9. Direito penal no Brasil	50
3. TEORIAS PENAIS SOBRE CONDUTA	53
3.1. Introdução.....	53
3.2. Conduta humana.....	54
3.3. Principais teorias do direito penal sobre a conduta	55
3.3.1. Teoria natural ou causal da ação	55
3.3.2. Teoria neoclássica de conduta ou causal-neokantiano.....	57
3.3.3. Teoria finalista da ação	58
3.3.4. Teoria constitucionalista	60

4.	HOMICÍDIO DOLOSO	65
4.1.	Origem	65
4.2.	Direito penal na história brasileira	66
4.3.	Atualidade	67
4.4.	Qualificação doutrinária do crime de homicídio doloso (Crime comum, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre)	70
4.5.	Sanção penal	71
4.6.	Homicídio simples	74
4.6.1.	Introdução à estrutura do crime	74
4.6.1.1.	Conceito formal de crime	74
4.6.1.2.	Conceito material de crime	74
4.6.1.3.	Fato típico	75
4.6.1.4.	Antijuridicidade	76
4.6.1.4.1.	Estado de necessidade	77
4.6.1.4.2.	Legítima defesa	77
4.6.1.4.3.	Estrito cumprimento de dever legal	77
4.6.1.4.4.	Exercício regular de direito	78
4.6.1.5.	Culpabilidade	79
4.6.2.	Classificação da ação penal no delito de homicídio doloso	81
4.6.2.1.	Título do crime	81
4.6.2.2.	Objeto jurídico	83
4.6.2.3.	Estrutura do tipo penal	84
4.6.2.4.	Sujeitos do delito, concurso de agentes (autoria e participação) e comunicação de causas de diminuição especial e qualificadoras	85
4.6.2.5.	Formas de execução do dolo (consumação, tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz)	88
4.6.2.6.	Elemento subjetivo do tipo	89
4.6.2.6.1.	Dolo direto (primeiro e segundo graus)	90
4.6.2.6.2.	Dolo na tentativa (desistência voluntária e arrependimento eficaz)	91
4.6.2.6.3.	Dolo indireto	93
4.7.	Legítima defesa	105
4.7.1.	Legítima defesa em homicídio doloso	105
4.7.2.	Elementos da legítima defesa	108
4.7.3.	Agressão factível	108
4.7.4.	Agressão atual ou iminente	108

4.7.5.	Agressão injusta	109
4.7.6.	Violação de direito seu ou de outrem.....	110
4.7.7.	Utilização de meios necessários.....	110
4.7.8.	Moderação e o excesso na legítima defesa	111
4.7.9.	Ânimo de defesa	113
4.7.10.	Legítima defesa especial do agente de segurança pública.....	115
4.7.11.	Negociação policial e gerenciamento de crises	116
4.7.12.	Legítima defesa putativa	117
4.8.	O erro no homicídio doloso	118
4.8.1.	Introdução	118
4.8.2.	Erro de tipo	120
4.8.3.	Descriminantes putativas	123
4.8.4.	Erro de proibição.....	125
4.8.5.	Legítima defesa putativa no tribunal do júri	127
5.	HOMICÍDIO COM CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA.....	129
5.1.	Classificação jurídica. Existe homicídio privilegiado?.....	129
5.2.	Relevante valor social ou moral	131
5.2.1.	Características e compatibilidade com qualificadoras	131
5.2.2.	Relevante valor social (motivação refletida).....	131
5.2.3.	Relevante valor moral (motivação refletida).....	132
5.3.	Domínio de violenta emoção (homicídio emocional ou de ímpeto)	132
5.4.	Formas de motivação nos casos de homicídio com diminuição de pena	136
6.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	139
6.1.	Conceito e pena	139
6.2.	Qualificadoras (Código Penal, artigo 121, § 2º).....	144
6.2.1.	Qualificadoras subjetivas de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	144
6.2.1.1.	Mediante paga.....	144
6.2.1.2.	Mediante promessa de recompensa.....	145
6.2.1.3.	Motivo torpe.....	145
6.2.1.4.	Motivo fútil.....	147
6.2.2.	Qualificadoras objetivas de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel).....	151
6.2.2.1.	Veneno.....	152
6.2.2.2.	Fogo.....	153
6.2.2.3.	Explosivo.....	154

6.2.2.4.	Asfixia.....	155
6.2.2.5.	Tortura.....	156
6.2.2.6.	Crueldade.....	157
6.2.2.7.	Perigo comum.....	158
6.2.3.	Qualificadoras objetivas de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima).....	159
6.2.3.1.	Traição.....	159
6.2.3.2.	Emboscada.....	160
6.2.3.3.	Dissimulação.....	160
6.2.3.4.	Recurso que impossibilita ou dificulta a defesa da vítima.....	160
6.2.3.4.1.	Atingir a vítima nas costas e pelas costas.....	162
6.2.4.	Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime).....	164
6.2.4.1.	Assegurar execução de outro crime (conexão por teleologia).....	164
6.2.4.2.	Assegurar ocultação de outro crime (conexão consequencial).....	164
6.2.4.3.	Assegurar a impunidade de outro crime (conexão consequencial).....	165
6.2.4.4.	Assegurar a vantagem de outro crime (conexão consequencial).....	165
6.2.5.	Qualificadora funcional (agentes de forças públicas, autoridades e oficiais de justiça).....	165
6.2.6.	Qualificadora do emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.....	167
6.2.7.	Qualificadora contra menor de 14 anos de idade.....	173
6.2.8.	Qualificadora por dependência de instituição de ensino.....	173
6.2.9.	Homicídio minorado/qualificado (híbrido).....	174
6.2.10.	Qualificadora por forma especial de organização criminosa....	174
6.2.11.	Aspectos processuais referentes às qualificadoras do crime de homicídio doloso.....	177
6.2.12.	Causas especiais de aumento de pena.....	180
6.2.12.1.	Causa de aumento quando praticada contra vítima menor de 14 anos com deficiência ou doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade.....	180
6.2.12.2.	Causa de aumento contra menor de 14 anos quando o autor é seu responsável.....	181

6.2.12.3.	Causa de aumento quando praticada contra menor de 14 anos em instituição básica pública ou privada.....	181
6.2.12.4.	Causa de aumento quando praticada em dependência de instituição de ensino contra pessoa com deficiência ou condição limitante ou de vulnerabilidade.....	182
6.2.12.5.	Revogação tácita da supracitada causa de aumento do § 4º (<i>in fine</i>) do art. 121 do CP.....	183
6.2.12.6.	Causa de aumento da pessoa idosa (Código Penal, art. 121, § 4º, parte final).....	183
6.2.12.7.	Causa de aumento quando praticada por milícia privada ou grupo de extermínio.....	184
7.	FEMINICÍDIO	187
7.1.	Violência contra a mulher: evolução legislativa	187
7.1.1.	Rompendo paradigmas estruturais.....	187
7.1.2.	Direito convencional na proteção da violência doméstica e familiar contra a mulher	190
7.1.3.	Contributo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Poder Judiciário brasileiro	191
7.1.4.	Evolução legislativa no âmbito da violência de gênero contra a mulher	192
7.2.	Violência institucional contra a mulher	194
7.3.	Evolução do feminicídio no direito brasileiro	196
7.4.	Espécies de feminicídio (sexo ou gênero feminino?)	203
7.5.	Feminicídio doméstico ou familiar (uxoricídio).....	204
7.6.	Feminicídio misógino (não íntimo)	208
7.7.	Indenização da vítima de violência doméstica	208
7.8.	Crime de feminicídio no direito brasileiro	212
7.8.1.	Título do crime (<i>nomen iuris</i>)	212
7.8.2.	Objetividade jurídica da norma penal	212
7.8.2.1.	Conceito	212
7.8.2.2.	Tutela jurídica do feminicídio	213
7.8.2.3.	Conflito entre tutelas jurídicas e os crimes militares.....	214
7.8.3.	Qualificação doutrinária do crime de feminicídio (crime próprio, simples, instantâneo, material, de dano e de forma livre)	215
7.8.4.	Elemento subjetivo do tipo.....	216
7.8.5.	Concurso de agentes	216
7.8.6.	Sanção penal	217

7.8.7.	Causas de aumento de pena.....	217
7.8.7.1.	Vítima gestante ou em pós-parto (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, I).....	217
7.8.7.2.	Vítima menor de 14 anos de idade, idosa ou com deficiência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, II) ...	218
7.8.7.3.	Na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, III).....	218
7.8.7.4.	Descumprimento de medidas protetivas de urgência (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, IV).....	219
7.8.7.5.	Nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 (Código Penal, artigo 121-A, § 2º, V)	219
7.8.7.6.	Inaplicabilidade de demais qualificadoras do homicídio doloso	220
7.8.7.7.	Inaplicabilidade das causas especiais de diminuição de pena previstas no art. 121, § 1º, do Código Penal (relevante valor social, moral e domínio de violenta emoção)	220
7.8.7.8.	Efeitos secundários.....	222
7.8.7.8.1.	Perda ou vedação de exercício de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	222
7.8.7.8.2.	Incapacidade para o poder familiar, tutela e curatela	223
7.8.7.8.3.	Efeito automático da condenação ...	223
7.8.7.9.	Execução penal.....	224
7.8.7.10.	Tramitação processual e custas	225
7.8.7.11.	<i>Vacatio legis</i>	225
7.8.7.12.	Sanção no direito comparado.....	225
7.8.7.13.	Legítima defesa da honra em feminicídio.....	226
7.8.7.13.1.	Introdução.....	226
7.8.7.13.2.	Caso Doca Street/Ângela Diniz (1979)	227
7.8.7.13.3.	Contexto atual de legítima defesa da honra em feminicídio	229
7.8.7.13.4.	Caso Nova Era (2017)	230
7.8.7.13.5.	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779/DF	230
7.9.	Crime de perseguição (<i>stalking/criminal harassment/Atti persecutori</i>) ...	234
7.9.1.	Criminalização global	234
7.9.2.	Tutela jurídica	242

7.9.3.	Sujeitos do delito.....	242
7.9.4.	Elementos do tipo penal.....	243
7.9.4.1.	Elemento objetivo.....	243
7.9.4.2.	Elemento normativo.....	243
7.9.4.3.	Elemento subjetivo.....	243
7.9.5.	Consumação.....	244
7.9.6.	Ação penal e pena.....	244
7.10.	Crime de violência psicológica contra a mulher.....	246
7.10.1.	Introdução.....	246
7.10.2.	Título do crime.....	247
7.10.3.	Tutela jurídica e qualificação doutrinária.....	247
7.10.4.	Sujeitos do delito.....	248
7.10.5.	Elementos do tipo penal.....	248
7.10.5.1.	Elemento objetivo.....	248
7.10.5.2.	Elemento subjetivo.....	248
7.10.6.	Consumação.....	249
7.10.7.	Ação penal e pena.....	249
8.	VICARICÍDIO.....	251
8.1.	Origem do crime.....	251
8.2.	Características do vicaricídio.....	253
8.3.	Elemento subjetivo do tipo (dolo).....	254
8.4.	Sujeito ativo do crime.....	254
8.5.	Sujeito passivo do crime.....	255
8.6.	Qualificação doutrinária.....	255
8.7.	Sanção penal.....	255
9.	CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO.....	257
9.1.	Tutela jurídica.....	257
9.2.	Elemento subjetivo do tipo culposo (negligência, imperícia, imprudência, culpa consciente e inconsciente).....	257
9.3.	Sanção penal.....	261
9.3.1.	Dosimetria da pena em concurso de crimes (<i>concursum delictorum</i>).....	261
9.3.2.	Causas de aumento de pena em crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	262
9.3.2.1.	Inexistência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação.....	262
9.3.2.2.	Crime cometido em faixa de pedestres ou calçada....	263

9.3.2.3.	Omissão de socorro.....	263
9.3.2.4.	Condução de veículo de transporte de passageiros.....	263
9.3.2.5.	Sob efeito de álcool ou substância psicoativa que cause dependência.....	263
9.4.	Dolo eventual em crime de trânsito	265
9.5.	Dolo eventual e princípio da consunção em crime de trânsito	267
10.	CRIME DE HOMICÍDIO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	269
10.1.	Surgimento das organizações criminosas.....	269
10.2.	Organizações criminosas na Itália.....	269
10.3.	Organizações criminosas no Brasil	271
10.4.	Surgimento de facções criminosas no Brasil.....	272
10.5.	Facções criminosas são associações ou organizações criminosas?	273
10.6.	Crime de organização criminosa.....	274
10.7.	Homicídio doloso e crime conexo de organização criminosa.....	277
10.8.	Duplicidade de condenações de membros de facções criminosas	278
10.9.	Crime de associação criminosa	279
10.10.	Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil	281
10.10.1.	Conceito de organização criminosa ultraviolenta.....	282
10.10.2.	Conceito de grupo paramilitar	283
10.10.3.	Conceito de milícia privada.....	284
10.10.4.	Crime de Domínio social estruturado	284
10.10.5.	Crime de favorecimento ao domínio social estruturado	287
10.10.6.	Inconstitucionalidade do afastamento da competência do tribunal do júri em caso de conexão entre o crime de homicídio doloso e os crimes previstos na Lei n. 15.358/2026	288

PARTE II
ASPECTOS PROCESSUAIS
PENAS DO TRIBUNAL DO JÚRI

11.	BREVE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	293
12.	A INFLUÊNCIA DA LÓGICA (JURÍDICA) NO TRIBUNAL DO JÚRI	307
12.1.	O exercício de convencimento aos jurados.....	307
12.2.	Argumentação <i>ad humanitatem</i> , <i>ad hominem</i> e <i>ad personam</i>	310
12.3.	Argumento de autoridade.....	311
12.4.	Existe lógica jurídica?.....	312

12.5. Dialética e retórica	315
12.6. Lógica no Tribunal do Júri	316
13. PROCEDIMENTO ATUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	319
13.1. Fase de investigação preliminar. Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime)....	319
13.1.1. Adaptação cultural ao modelo acusatório: agentes públicos não podem acumular atividades estatais na persecução criminal...	319
13.1.2. Investigação defensiva restritiva no direito brasileiro	321
13.1.3. Cadeia de custódia	322
13.1.4. Prazo de conclusão do inquérito policial e arquivamento.....	323
13.1.5. Juiz de garantias	326
13.1.5.1. Origem do juiz de garantias no sistema brasileiro ...	326
13.1.5.2. Natureza jurídica do juiz de garantias	329
13.1.5.3. Competência	330
13.1.6. Imprestabilidade dos elementos de investigação para a futura ação penal	333
13.1.7. É da melhor técnica processual o juiz de garantias ter competência para receber denúncia?.....	337
13.1.8. Impedimento do juiz de garantias para funcionar no processo penal	338
13.1.9. Os estudos de Bernd Shünemann e o efeito perseverança.....	339
13.1.10. O juiz que oficia em fase de investigação criminal pode ser o mesmo da fase da instrução e julgamento? A estética da imparcialidade.....	340
13.1.11. Modelos de atuação judiciária no direito comparado	341
13.1.12. Varas colegiadas	345
13.2. Natureza jurídica do processo penal	346
13.3. Rito especial do tribunal de júri	349
13.4. Fase de recebimento da denúncia	352
13.4.1. Análise do aspecto formal.....	352
13.4.2. Análise do aspecto material da denúncia (justa causa)	354
13.5. Fase de citação.....	356
13.5.1. Citação pessoal.....	356
13.5.2. Citação por edital	357
13.5.3. Termo inicial da suspensão de prazo prescricional na citação por edital	357
13.5.4. Recontagem da suspensão de prazo prescricional do art. 366 do CPP com o advento de sentença condenatória	358
13.5.5. Produção antecipada de provas	358

13.5.6.	Citação por hora certa	360
13.6.	Fase de resposta escrita.....	360
13.6.1.	Pode haver absolvição sumária?.....	362
13.7.	Fase de instrução preliminar do tribunal de júri.....	362
13.7.1.	Adaptação da instrução ao modelo acusatório.....	362
13.7.2.	Ofendido e testemunhas.....	364
13.7.3.	Interrogatório.....	366
13.7.4.	Alegações finais.....	376
13.7.4.1.	<i>Mutatio libelli</i>	376
13.7.4.2.	Forma das alegações finais.....	379
13.7.5.	Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	380
13.7.5.1.	Pronúncia	380
13.7.5.1.1.	<i>Standard</i> probatório da pronúncia ...	381
13.7.5.1.2.	A pronúncia pode conter fundamentação baseada exclusivamente no que se produz em investigação preliminar?.....	385
13.7.5.1.3.	Exigência de provas das qualificadoras.....	386
13.7.5.1.4.	Valoração de <i>animus necandi</i> na pronúncia	387
13.7.5.1.5.	Imprestabilidade de <i>standard</i> probatório americano ao modelo brasileiro de júri.....	388
13.7.5.1.6.	Limites de fundamentação da decisão de pronúncia: equilíbrio entre a suficiência de motivação e a eloquência acusatória.....	391
13.7.5.1.7.	Pronúncia e crimes conexos	392
13.7.5.1.8.	Pronúncia: qualificadoras e causas de aumento.....	393
13.7.5.1.9.	Pronúncia e reclassificação.....	394
13.7.5.1.10.	Pronúncia e prisão preventiva	395
13.7.5.1.11.	Pronúncia e falácia do <i>in dubio pro societate</i>	395
13.7.5.1.12.	Homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Consunção?.....	404
13.7.5.2.	Impronúncia.....	406
13.7.5.3.	Absolvição sumária.....	409

13.7.5.4.	Ampliação subjetiva de relação jurídico-processual	415
13.7.5.5.	<i>Emendatio libelli</i>	415
13.7.6.	Desclassificação.....	417
13.8.	Fase do <i>iudicium causae</i>	421
13.8.1.	Subfase de requerimento de provas para plenário.....	421
13.8.2.	Subfase de saneamento do processo	424
13.8.3.	Subfase de preparação do julgamento pelo juiz presidente do tribunal do júri	426
13.8.4.	Desaforamento	426
13.8.5.	Jurados – organização da pauta – início da sessão.....	429
13.8.5.1.	Ordem de julgamentos.....	441
13.8.5.2.	Gravação da sessão pelas partes	444
13.8.5.3.	Da reunião e das sessões do tribunal do júri.....	446
13.8.5.4.	Ausência de membro do Ministério Público e do Assistente de Acusação	449
13.8.5.5.	Ausência de defensor do acusado.....	450
13.8.5.6.	Ausência do acusado.....	450
13.8.5.7.	Ausência de testemunhas ou vítima arroladas.....	451
13.9.	Fase de instrução plenária	457
13.9.1.	Fase inicial da instrução plenária: leitura de peças	459
13.9.2.	Oitiva de pessoas no júri e sistema de perguntas diretas (<i>direct examination</i>).....	460
13.9.3.	Respeito à dignidade de testemunhas e vítima durante a instrução (Lei n. 14.245/2021)	463
13.9.4.	Falso testemunho em sessão de júri.....	470
13.9.5.	Pode a testemunha permanecer em silêncio?	471
13.9.6.	Existe perjúrio no Brasil?	471
13.9.7.	Interrogatório em plenário do júri.....	472
13.10.	Fase de debates (tese defensiva de clemência e o Tema 1087/STF)	473
13.10.1.	Exposição das partes	474
13.10.2.	Pode haver tese absolutória por clemência (Tema 1087/STF)?.....	475
13.10.3.	Tempo de sustentação das partes	477
13.10.4.	Réplica	478
13.10.5.	Tréplica	479
13.10.6.	Proibição parcial de fala aos oradores	482
13.10.7.	Leitura de documentos pelo orador.....	485
13.10.8.	Prazo legal para juntada de documentos	486

13.11. Fase de julgamento	488
13.11.1. Providências iniciais.....	488
13.11.2. A quesitação no tribunal do júri	489
13.11.2.1. Materialidade.....	492
13.11.2.2. Autoria.....	492
13.11.2.3. Quesito absolutório	492
13.11.2.4. Tese desclassificatória	493
13.11.2.5. Quórum de votação	494
13.11.2.6. Teses de absolvição de desclassificação	494
13.11.2.7. Explicações sobre a quesitação e o momento de impugnar	496
13.11.2.8. Votação do questionário.....	497
13.11.2.9. Repetição da votação de quesitos	501
13.11.2.10. Votação e crimes conexos.....	502
13.11.2.11. Votação e excesso culposos em legítima defesa.....	503
13.11.2.12. Postura do juiz presidente durante a votação	503
13.11.3. Da sentença	505
13.11.3.1. Estrutura da sentença	507
13.11.3.2. Decisão desclassificatória	507
13.11.3.3. Vedações de jurados decidirem sobre crime desclassificado	508
13.11.3.4. Sentença condenatória (dosimetria, acordo de não persecução penal e progressão de regime).....	510
13.11.3.5. Reconhecimento de agravantes e atenuantes	515
13.11.3.6. Reparação de danos	516
13.11.3.7. Dosimetria da pena e concurso de crimes	516
13.11.3.8. Sentença, execução provisória, prisão imediata e o julgamento do Tema 1068 pelo Supremo Tribunal Federal.....	518
13.11.3.8.1. Uma perspectiva de inconstitucionalidade na prisão antecipada.....	518
13.11.3.8.2. Condenação em pena com regime fechado.....	522
13.11.3.8.3. Condenação em pena com regime semiaberto ou aberto	522
13.11.3.8.4. Condenação após desclassificação em plenário	523
13.12. Atribuições do presidente do tribunal do júri	523
13.12.1. Postura segura na condução dos trabalhos	524
13.12.2. Aparte consentido e regulamentado	526

13.12.3. Demais atribuições e competências do juiz presidente	527
13.12.4. Abandono de plenário	528
14. COLABORAÇÃO PREMIADA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	533
14.1. Acordo de colaboração premiada após a denúncia (fase judicial ou intercorrente)	534
14.2. Acordo de colaboração em fase anterior à denúncia (fase investigativa)... ..	534
14.3. Acordo de colaboração após a sentença (colaboração tardia).....	534
15. RECURSOS NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	539
15.1. Recurso na perspectiva de processo penal convencional e constitucional	539
15.2. Natureza jurídica dos recursos	541
15.3. Princípios aplicáveis aos recursos.....	542
15.4. Admissibilidade dos recursos	543
15.4.1. Pressupostos extrínsecos.....	544
15.4.2. Pressupostos intrínsecos	544
15.5. Efeitos dos recursos	545
15.5.1. Devolutivo	545
15.5.2. Translativo	546
15.5.3. Expansivo	546
15.5.4. Regressivo	546
15.5.5. Diferido.....	546
15.5.6. Suspensivo	547
15.5.7. Obstativo.....	547
15.5.8. Substitutivo.....	548
15.6. Introdução do <i>distinguishing</i> no sistema brasileiro	548
15.7. <i>Distinguishing</i> e <i>overruling</i> em prisões preventivas.....	551
15.8. Recursos no tribunal do júri	552
15.8.1. Recursos em espécie no rito especial do tribunal do júri	553
15.8.1.1. Denúncia	553
15.8.1.2. Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação.....	553
15.8.2. Decisões no plenário do tribunal do júri.....	555
15.8.2.1. Apelação	555
15.8.2.2. Caso em que o tribunal deve anular a decisão do tribunal do júri.....	556

15.8.2.3.	Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos (tese defensiva de clemência e o Tema 1087/STF).....	557
15.8.2.4.	Embargos de declaração.....	562
15.8.2.5.	Carta testemunhal	563
15.8.2.6.	Embargos infringentes e de nulidade	563
15.8.2.7.	Recursos excepcionais	563

PARTE III GENOCÍDIO – CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

16.	GENOCÍDIO.....	569
16.1.	Bem jurídico protegido.....	569
16.2.	Origem	569
16.3.	Crime de genocídio	570
16.3.1.	Sujeito ativo	571
16.3.2.	Sujeito passivo.....	572
16.3.3.	Elemento subjetivo do tipo.....	572
16.3.3.1.	Sanção Penal.....	572
16.3.3.2.	Precedente do Supremo Tribunal Federal	573
17.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE.....	575
17.1.	História do Estatuto de Roma	575
17.2.	Os crimes contra a humanidade.....	576
17.3.	Competência	578
17.4.	Sujeitos do crime	578
17.5.	Elemento subjetivo do tipo.....	579
17.6.	Sanção penal.....	581

PARTE IV QUESTIONÁRIOS SOBRE HOMICÍDIO, FEMINICÍDIO, VICARICÍDIO E CRIMES CONEXOS

QUESITOS DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL.....	585
Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i> (CP, art. 20, § 3º).....	585
Inimputabilidade (CP, art. 26).....	586

Semi-imputabilidade (CP, art. 26, parágrafo único)	587
Inimputabilidade superveniente (CP, art. 41; CPP, art. 682; LEP, art. 183)	588
Concurso de pessoas (CP, art. 29) – Mandante	589
Concurso de pessoas (CP, art. 29) – Partícipe	590
Concurso de pessoas – partícipe – participação de menor importância (CP, art. 29, § 1º)	590
Partícipe – cooperação dolosamente distinta (CP, art. 29, § 2º)	591
Erro de execução – <i>aberratio ictus</i> (CP, art. 73)	592
Com resultado duplo (CP, art. 73, <i>In fine</i>)	594
PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	595
Homicídio Tentado	595
TENTATIVA DE HOMICÍDIO COM TESE DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (CP, art. 15)	598
HOMICÍDIO CONSUMADO	600
Dolo eventual em crime de trânsito	603
Homicídio doloso com tese de legítima defesa reconhecida e sustentação de excesso culposo	604
CAUSAS ESPECIAIS DE DIMINUIÇÃO DE PENA (CP, art. 121, § 1º)	606
QUALIFICADORAS (CP, art. 121, § 2º)	607
Qualificadoras de motivo (paga, promessa de recompensa, torpe, fútil)	607
Qualificadoras de meio (veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel)	609
Qualificadoras de modo (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima)	614
Qualificadoras de finalidade (assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime)	616
QUALIFICADORA ESPECIAL (CP, art. 121, § 2º-D)	621
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO NO HOMICÍDIO DOLOSO	622
CRIME DE FEMINICÍDIO	625
FEMINICÍDIO CONSUMADO (CP, art. 121-A)	626
FEMINICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para homicídio doloso (CP, art. 121-A)	626
FEMINICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para crime não doloso contra a vida)	627
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA EM FEMINICÍDIO (CP, art. 121-A, § 2º)	629
CRIME DE VICARICÍDIO (CP, art. 121-B)	632

VICARICÍDIO CONSUMADO (CP, art. 121-B)	633
VICARICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para homicídio doloso (CP, art. 121-B)	634
VICARICÍDIO CONSUMADO com tese desclassificatória para crime não doloso contra a vida	635
CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA EM VICARICÍDIO (CP, art. 121- -B, Par. único)	637
ABORTO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO (CP, art. 124)	639
ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (CP, arts. 125 e 126)	639
ABORTO QUALIFICADO (CP, art. 127)	639
CRIMES CONEXOS	640
LEIS ESPECIAIS	650
REFERÊNCIAS	659